

SILVIO COSTA DA SILVA PEREIRA

**CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO:
INSTRUMENTO DE ACESSO AO CRÉDITO**

Linha de Pesquisa: Função Social dos Institutos de Direito Privado

MESTRADO EM DIREITO

FADISP/SÃO PAULO

2008

SILVIO COSTA DA SILVA PEREIRA

**CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO:
INSTRUMENTO DE ACESSO AO CRÉDITO**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, sob orientação do Professor Doutor Everaldo Augusto Cambler.

FADISP/SÃO PAULO

2008

Pereira, Silvio Costa da Silva

Cédula de Crédito Bancário: Instrumento de Acesso ao Crédito / Silvio Costa da Silva Pereira - 2008
208 f.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Augusto Cambler.
Dissertação (Mestrado na Linha de Pesquisa Função Social dos Institutos de Direito Privado) Faculdade Autônoma de Direito - FADISP.

1. Cédula de Crédito Bancário. 2. Concessão de Crédito. 3. Operações Bancárias. 4. Garantias. 5. Desenvolvimento Econômico e Social. 6. Função Social.

SILVIO COSTA DA SILVA PEREIRA

**CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO:
INSTRUMENTO DE ACESSO AO CRÉDITO**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Direito pela FADISP, na área de Função Social dos Institutos de Direito Privado.

Banca Examinadora:

Presidente: Professor Doutor

Presidente: Professor Doutor

Presidente: Professor Doutor

Coordenador do Curso: Professor Doutor

São Paulo,

À minha família, pela presença constante.

À minha amiga Fernanda Benevides, pela sabedoria de suas palavras e conselhos, em toda a vida.

Às pessoas especiais, presentes com seu apoio e carinho.

*“Em um ambiente em constante mutação,
só os mais adaptados sobrevivem.”*

Charles Darwin

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Everaldo Augusto Cambler, pela sabedoria e conhecimento na condução da realização desta dissertação.

Ao Professor Doutor Eugênio Montoro, que tive o privilégio de conhecer e admirar, pelo incentivo ao desenvolvimento do tema e pela importante influência.

À Professora Doutora Thereza Alvim, pela presença sempre constante, pelas lições de Direito e de vida, pelo carinho e atenção sempre dispensados, em todos os momentos.

Ao Banco Nossa Caixa, pelo suporte e apoio prestado.

Aos amigos do Banco Nossa Caixa, que tanto contribuem com meu crescimento pessoal e profissional.

Aos amigos da FADISP, pelo companheirismo.

Aos meus pais, Alice e Arlindo, pelo exemplo de vida, pela educação, pelos valores e, principalmente, pela presença constante nos momentos mais importantes de minha vida.

Ao meu irmão Almir, pelo apoio incondicional e pela amizade verdadeira.

À Deus, pela vida, pelos desafios, pela possibilidade de superar as dificuldades, pela saúde e por tudo o mais que ainda irá ocorrer em minha vida.

RESUMO

A concessão de crédito é um dos pilares do crescimento econômico, com grandes repercussões nos indicadores sociais. As Instituições Financeiras são agentes econômicos de destaque, à medida que propiciam o acesso ao crédito. O Direito, ao desenvolver instrumentos contratuais ou títulos de crédito que assegurem maior certeza e liquidez às operações de crédito, fomenta a atividade econômica, cumprindo função social, além dos interesses do credor e do devedor. Muitos fatores interferem na concessão de crédito e na composição dos encargos financeiros, mas é fato que a existência, o aumento do grau de certeza e a exigibilidade da obrigação trazem reflexos na fixação dos encargos financeiros e do *spread* bancário, diante dos efeitos na probabilidade de recuperação. Surge assim o interesse em explorar a importância do desenvolvimento de novos instrumentos jurídicos, em especial a Cédula de Crédito Bancário, como forma de assegurar e universalizar o acesso ao crédito, fornecendo condições para a estabilidade e o desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chaves: Cédula de Crédito Bancário. Concessão de Crédito. Operações Bancárias. Garantias. Desenvolvimento Econômico e Social. Função Social.

ABSTRACT

The granting of credit is one of the pillars of economic growth, with major impact on social indicators. The Financial Institutions are agents of economic prominence, as they provide access to credit. The Law when develop tools contractual or debt securities which provide greater certainty and liquidity to the crediting, fosters economic activity, fulfilling social function, in addition to the interests of the creditor and the debtor. Many factors interfere in the granting of credit and in the composition of the financial charges, but it is fact that the existence, the increase of the degree of certainty and enforceability of the obligation, brings reflexes in the setting of the financial charges and the spread banking, ahead of the effects on the probability of recovery. This leads to an interest in exploring the importance of the development of new legal instruments, especially the Bank Credit Bill, as a way ensuring and universalizing access to credit, providing conditions for stability and Economic and Social Development.

Keywords: Bank Credit Bill. Granting of Credit. Banking Warranties. Economic and Social Development. Social Function.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 Contexto Histórico e a Evolução da Cédula de Crédito Bancário	17
1.1 Instituições Financeiras e a Concessão de Crédito	17
1.2 Risco e Acesso ao Crédito	20
1.3 Insegurança na Recuperação do Crédito	25
1.4 Cenário Macroeconômico	27
1.5 Crise Internacional de Liquidez	29
2 Regulamentação da Cédula de Crédito Bancário	31
2.1 Medidas Provisórias e a Lei nº 10.931/2004	31
2.2 Natureza Jurídica	33
2.2.1 Teoria Geral dos Títulos de Crédito	34
2.2.2 Natureza Cambial da Cédula de Crédito Bancário	35
2.3 Características	37
2.3.1 Circularidade do Título	39
2.3.2 Aditamento, Retificação e Ratificação	41
2.3.3 Emissão e Validade	42
3 Garantias da Cédula de Crédito Bancário	44
3.1 Conceito de Garantias	44
3.2 Garantias Fidejussórias	46
3.2.1 Fiança	46
3.2.1.1 Características e Espécies de Fiança	47
3.2.1.2 Fiador	48

3.2.1.3	Efeitos da Fiança	49
3.2.1.4	Extinção da Fiança	50
3.2.2	Aval	51
3.2.2.1	Aval Parcial	53
3.2.2.2	Momento de Lançamento do Aval	53
3.2.2.3	Distinção entre Aval e Fiança	54
3.2.2.4	Aval no Título de Crédito	55
3.2.2.5	Avais Simultâneos ou Sucessivos	55
3.2.2.6	Exceções Pessoais do Avalizado	57
3.2.2.7	Equivalência do Avalizado	57
3.3	Garantias Reais	58
3.3.1	Penhor	60
3.3.1.1	Características do Penhor	61
3.3.1.2	Espécies de Penhor	61
3.3.1.3	Extinção do Penhor	63
3.3.1.4	Penhor Rural, Agrícola, Pecuário, Industrial e Mercantil	65
3.3.1.5	Penhor de Direitos e de Títulos de Crédito	65
3.3.1.6	Penhor de Veículos	66
3.3.2	Hipoteca	67
3.3.2.1	Características da Hipoteca	68
3.3.2.2	Princípios que Regem a Hipoteca	69
3.3.2.3	Bens Sujeitos à Hipoteca	71
3.3.2.4	Espécies da Hipoteca	73
3.3.2.5	Extinção da Hipoteca	75
3.3.3	Alienação Fiduciária	76
3.3.3.1	Prisão Civil	81

3.3.3.2 Alienação Fiduciária de Imóveis	85
4 Operações Bancárias	87
4.1 Conceito de Operações Bancárias	87
4.2 Distinção entre Operações de Crédito Rotativo e de Retorno Parcelado ..	93
4.3 Modalidades de Operações	94
4.3.1 Cheque Especial Pessoa Física	94
4.3.2 Cheque Especial Pessoa Jurídica “Cheque Empresa”	95
4.3.3 Crédito Rotativo com Garantias	96
4.3.4 Crédito Pessoal	96
4.3.5 “CredFácil”	97
4.3.6 Financiamentos (Pessoa Física ou Pessoa Jurídica)	97
4.3.7 Desconto	99
4.3.8 Microfinanças	99
4.4 Função Social das Operações Bancárias	100
5 Cédula de Crédito Bancário e o Direito do Consumidor	103
5.1 Código de Defesa do Consumidor	103
5.2 Principais Efeitos	107
5.3 Cédula de Crédito Bancário como Contrato de Adesão	110
6 Recuperação do Crédito	115
6.1 Mora do Devedor	115
6.2 Encargos e Condições Pactuadas	117
6.3 Execução do Título	119
7 Adoção da Cédula de Crédito Bancário	123

7.1 Impacto para a Concessão de Crédito	123
7.2 Efetividade de Resultados	125
7.2.1 Crescimento do Volume de Crédito no Mercado	126
7.2.2 Adoção da Cédula de Crédito Bancário	127
7.3 Função Social da Cédula de Crédito Bancário	132
CONCLUSÃO	136
BIBLIOGRAFIA	138
ANEXOS:	
ANEXO I	142
Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004	
ANEXO II	147
Alvará de Criação do Banco do Brasil, de 12 de outubro de 1808	
ANEXO III	152
Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003	
ANEXO IV	156
Medida Provisória nº 122, de 25 de junho de 2003	
ANEXO V	158
Decreto Estadual nº 52.423, de 29 de novembro de 2007	
ANEXO VI	160
Resolução BACEN nº 2.878, de 26 de julho de 2001	
ANEXO VII	166
Resolução BACEN nº 2.892, de 27 de setembro de 2001	
ANEXO VIII	167
Resolução BACEN nº 2.843, de 29 de junho de 2001	
ANEXO IX	168
Acórdão Apelação Cível nº 2007.001.64189 – Tribunal de Justiça – RJ	
ANEXO X	170
Estudo BACEN “Juros e Spread Bancário no Brasil”	

ANEXO XI	180
“Keynes e o Fim do Laissez-Faire”	
ANEXO XII	183
“História do Dinheiro”	
ANEXO XIII	186
“Crédito e Calote”	
ANEXO XIV	188
“Ainda sobre o Lucro dos Bancos”	
ANEXO XV	190
“Cadastro Positivo: Um Diferencial Competitivo”	
ANEXO XVI	193
“Entenda como a Crise dos EUA afeta o Brasil”	
ANEXO XVII	195
“Bush deixa Legado de Duas Guerras e Rombo Econômico ao Sucessor”	
ANEXO XVIII	198
“Pacote Americano é Aprovado por 263 Votos a 171”	
ANEXO XIX	199
Cartilha ANDIF “O Que É Agiotagem?”	
ANEXO XX	202
“PIB – Produto Interno Bruto”	
ANEXO XXI	203
“Nível de Crédito é o Mais Alto desde 1995”	
ANEXO XXII	205
“Volume de Crédito Bancário equivale a 34,6% do PIB”	
ANEXO XIII	206
“Lei das CCB’s é Aceita em Tribunais”	
ANEXO XIV	207
“Cédula de Crédito Bancário chega perto dos R\$ 10 bilhões”	